



Câmara Municipal de  
**Maracanaú**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ**

### **PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO**

**Parecer ao Projeto de Lei nº 003/2026**

**Autoria:** Poder Executivo Municipal

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se do **Projeto de Lei nº 003, de 16 de janeiro de 2026**, de autoria do **Poder Executivo Municipal**, que dispõe sobre **autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito adicional especial ao vigente Orçamento do Município**, no valor de **R\$ 4.356.135,72 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos)**, em favor da **Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**, para inclusão de elementos de despesa e fontes de recursos em suas programações orçamentárias.

A matéria foi encaminhada a esta **Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação**, para análise quanto aos seus **aspectos financeiros, orçamentários e fiscais**, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o relatório.

#### **II – ANÁLISE**

Compete a esta Comissão examinar proposições que versem sobre **matéria orçamentária**, especialmente aquelas que tratam de **crédito adicional**, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/1964 e da legislação municipal pertinente.

O Projeto de Lei em análise autoriza a abertura de **crédito adicional especial**, devidamente fundamentado no art. 43 da **Lei Federal nº 4.320/1964**, indicando, de forma expressa, as **fontes de recursos** que lastreiam a abertura do crédito, quais sejam:

I – **Anulação de dotação**, no valor de **R\$ 2.500.000,00**;

II – **Superávit financeiro**, no valor de **R\$ 1.856.135,72**.

Observa-se que a proposição atende aos **requisitos legais formais e materiais**, uma vez que define o valor do crédito, sua finalidade específica, os órgãos beneficiários e as respectivas fontes de custeio, não implicando desequilíbrio orçamentário ou financeiro.

Ressalte-se, ainda, que a abertura do crédito visa ao atendimento de despesas necessárias ao cumprimento de **convênio firmado entre o Município de Maracanaú e o Ministério do Turismo**, bem como à adequada execução das políticas públicas das secretarias envolvidas, estando em consonância com o **Plano Plurianual (PPA)**, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e a **Lei Orçamentária Anual (LOA – Lei nº 3.786/2025)**.

Não se verifica afronta à **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, uma vez que o crédito possui cobertura financeira devidamente identificada e não implica aumento de despesa sem a correspondente fonte de recursos.

#### **III – VOTO DO(A) RELATOR(A)**

Diante do exposto, **opino pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 003/2026**, por estar em conformidade com a legislação orçamentária, financeira e fiscal vigente, atendendo aos princípios da legalidade, transparência e equilíbrio das contas públicas do Município de Maracanaú.

É o parecer.

**Sala das Comissões da Câmara Municipal de Maracanaú, 16 de janeiro de 2026.**

**Relator(a)**

**Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação**